

municipal da Estância turística de Embury  
e a indicação nº 05/87 de autoria do Vereador  
Sr. Carlos Fernel"  
os quais foram aprovados por unanimidade.

Como não havia mais matéria para a Ordem do Dia o Sr. Presidente colocou a palavra livre a disposição dos senhores Vereadores e como ninguém desejou fazer uso da mesma, o Sr. Presidente declarou encerrada a presente Sessão.

Sendo o que de real aconteceu lavrei a presente Ata, a qual depois de lida e achada conforme vai por mim secretário, Sr. Presidente e demais membros da Casa Assinado.

Elyzen Jesus Eletório

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*  
Antonio Vilela  
Mario Soares

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

Ata da 93ª Sessão Ordinária, da Câmara Municipal de Alvinlândia, do dia 16 de novembro de 1987.

Presidente: Orozimbo Simões Fontes  
Secretário: Elyzen Jesus Eletório

No décimo sexto dia do mês de novembro de 1987, em sua sede à Praça



de concórdia n.º 234, sala n.º 04, realizou-se a 93ª Sessão Ordinária da câmara municipal de Alvinlândia, com a presença dos seguintes Vereadores: Antonio Vieira da Silva Farias, Aparecido da Silva, Elizeu Jesus Elestério, Gregório Perez Camacho, Luiz Carlos Teruel, Mário Soares, Natalício Aparecido da Silva, Orojumbo Simões Fontes e Renato Teruel, num total de nove Vereadores presentes, feito a chamada verificou-se a presença dos edis acima mencionados, e havendo número legal, o Sr. Presidente em nome de nosso Senhor Jesus Cristo, declarou aberto os trabalhos para a presente sessão, imediatamente foi lido e colocado em votação a Ata de 92ª Sessão Ordinária desta câmara, a qual foi aprovada por unanimidade.

Expediente: Foi lida a mensagem n.º 11/87, referente ao Projeto de lei n.º 26/87, o qual; "Autoriza o Poder Executivo a proceder a abertura de um crédito Adicional, Suplementar", a mensagem n.º 12/87, referente ao Projeto de lei n.º 27/87, o qual; "Autorize o Poder Executivo a conceder gratificação de fim de ano aos servidores municipais", acompanhado da dispensa dos pareceres das comissões, a mensagem n.º 13/87, referente ao Projeto de lei n.º 28/87, o qual; Autoriza o Poder Executivo a proceder a abertura de um crédito adicional, Suplementar", acompanhado do parecer do Procurador Jurídico deste município, e Parecer do ceper, o qual foi encaminhado às quatro comissões para que seja emitido os pareceres,

dentro do prazo determinado pelo regimento, interno, foi lido também o Ofício nº 100/87 da Escola Estadual de 1ª e 2ª Grau "José Bonifácio do Couto", e o Ofício encaminhado à esta Casa pelo Deputado José Machado, Presidente da Comissão de Assuntos Municipais".

Como não havia mais matéria para o pequeno Expediente, o Sr. Secretário procedeu a 2ª chamada dos senhores Vereadores, constando a presença dos mesmos que responderam a primeira chamada, o Sr. Presidente em nome de nosso Senhor Jesus Cristo, declarou aberto os trabalhos para a Ordem do Dia.

Ordem do Dia: Foi colocado em discussão e votação seguida a Subemenda Substitutiva nº 01/87, o Projeto de Lei nº 18/87, o qual, "Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Alvinlândia, para o exercício de 1988", o Projeto de Lei nº 19/87, o qual "Aprova o Orçamento Plurianual de Investimento do Município de Alvinlândia, para o triênio de 1988 a 1990" e o Projeto de Lei nº 20/87, o qual, "Dispõe sobre a concessão de subvenções no exercício de 1988", os quais foram aprovados por unanimidade.

Foi colocado em discussão e votação única os Projetos de Lei nº 26/87, o qual "Autoriza o Poder Executivo a proceder a abertura de um crédito adicional, suplementar" o Projeto de Lei nº 27/87, o qual "Autoriza o Poder Executivo a conceder gratificação de fim de ano, aos servidores municipais", o



Ofício nº 100/87, enviado a esta Casa pela Escola Estadual de 1º e 2º Graus "José Bonifácio do Couto", o qual solicita Autorização para o uso da palavra livre pelo Professor José Romão da Silva "Guarido" e o Ofício encaminhado pelo Deputado José Machado, Presidente da Comissão de Assuntos Municipais; os quais foram aprovados por unanimidade.

Como não havia mais matéria para a Ordem do Dia o Sr. Presidente colocou a palavra livre a disposição dos senhores Vereadores, o qual fez uso da mesma o Vereador Natalício Aparecido da Silva; "gostaria de fazer um pedido não ao Executivo, nem ao Sr. Presidente, mas como um representante da Saúde, com referência ao municipal, não sei o nome completo dele, mas conhecido por mirião, que se encontra em situação péssima, então gostaria que o Sr. Presidente, como membro do Centro de Saúde tomasse uma posição urgente e internasse essa pessoa, essa pessoa já foi internada uma vez e volta a mesma doença.

Gostaria de fazer um convite que acabo de receber, que é da Câmara de Cândia invite para participar de 1ª reunião da UVEESP (União dos Vereadores do Estado de São Paulo) no dia 21 de Novembro do corrente, gostaria que Senhor consultasse os colegas, porque eles pedem com gentileza confirmar o número de Vereadores presentes. Manifestando o Sr. Presidente disse: Como é do conhecimento dos senhores, foi lido um convite, então no final da reunião queria que

deixasse claro quanto não participar, para que possa fazer o comunicado de presença.

Como o de conhecimento aprovado pelos senhores Vereadores, como nenhum Vereador deseja no momento fazer algum pronunciamento, consulto o plenário se concede o pronunciamento, do professor José Ronaldo Guaido, com referência a Indicação conforme solicita o Ofício nº 400/87, o qual foi concedido e usando a palavra o Professor disse: "Primeiramente quero agradecer esta autorização e também por me aceitar não a rigor como esta Câmara merece;

O nosso município está em franco progresso, todos os setores está sendo atendidos, na saúde, na frente de trabalho e principalmente na Educação, graças também a participação dos Vereadores.

Nós estamos com urgência de construção de duas classes a escola José Bonifácio do Couto, devido o grande número de matrícula que está havendo neste ano.

No período da manhã no ano de 1987 nós estivemos com 222 alunos, hoje nós temos 282 para o ano de 1988, no período da tarde nós estivemos com 138 e para pou para 250, o noturno de 251 pessoas para 302 alunos, então está tendo uma falta de 173 vagas, que está dependendo da construção dessas salas de aula, nós não queremos milhões, acho que com pequena coisa nós resolveria o problema, então os nobres Vereadores vejam e pensem no



assunto da necessidade que temos, necessa-  
 rios, estes saibam que estes prontos em feve-  
 reiro, como o nobre Vereador Gregório Perez Ca-  
 macho falou, nós temos que achar uma solu-  
 ção para esse problema, porque a procura  
 está sendo grande talvez pela Administração, tam-  
 bém do Executivo como legislativo, este ano nós  
 tivemos uma desvalorização de 7,3%, coisa  
 que anos anteriores atingiam 25%, 30%, que  
 se constata na delegação de ensino e que es-  
 teve havendo no município de Alvinlândia,  
 então a REM, que é (Responsável pela E-  
 ducação do município) estiveram aí na ses-  
 ta-feira, inclusive vários vereadores fo-  
 ram convidados, e por motivo particular, -  
 não puderam dar atendimento a esse chama-  
 do, então hoje eles voltaram novamente  
 para obter da solução, que tivemos resolvido  
 então o sr. Prefeito municipal esteve na reuni-  
 ão de hoje, mas ficou a mercê, por nós sei-  
 se tem dotação ou não, então, peço que os  
 senhores vereadores estudem uma solu-  
 ção.

O ensino supletivo está funcionando aqui  
 mas a título pleocur, hoje eles disseram que  
 não vão mais aceitar esse ensino supletivo, aqui  
 na Prefeitura, não vai autorizar nenhuma  
 escola funcionar fora da sede a não ser  
 as Escolas, esperamos que hoje mais obras  
 e que hoje mais construção de classes que  
 assim estamos exigindo o município e  
 só assim o município vai pro frente e rep-  
 felando, um município de orgulho!

Em seguida o Sr. Presidente, manifestou dizendo; "Aproveitando a oportunidade que se encontra as duas autoridades municipais nos prestigiando, o Excmo. Sr. Prefeito e o Diretor do Colégio, eu quase tenho certeza absoluta, que os senhores vem saindo aqui satisfeitos porque esta coisa de heis jamais deixou um dia sequer de votar um Projeto que venha beneficiar quem quer que seja, mas Projeto como assim projetos dos com antecedência, porque esta coisa de heis, hoje vi pronunciamento de alguns vereadores, com a lapsa que ocorreu num Projeto da Sessão anterior o qual foi encaminhado para comissões e depois os pareceres, porque o Projeto veio de ultima hora, mas o Projeto não deixou de ser apreciado dentro das normas, hoje visto que os senhores hoje viam de olhos mi ser aprovado um Projeto, em Sessão única com dispensa de pareceres por unanimidade no valor de 1.861,500,00, (Hum milhão, oitocentos e sessenta e um mil e quinhentos cruzados), então esta coisa como sempre pronunciado; fomos escolhidos para trabalhar sempre pelo bem do município confio nos senhores porque esta situação não é melindrosa e uma situação que tem de ser resolvida".

Em seguida fez uso da palavra o Vereador Gregório Perez Comodino; "Com referências as palavras do Professor José Romildo Guorido, este Vereador participando de uma



reunião na escola e como disse antes os senhores teve satisfação de ver revertido a situação em que se encontrava o município no ano de 1986, quando participando de reuniões tínhamos a inquietante satisfação de ver no quadro negro que o município de Aricandópolis estava dentro da delegacia de ensino, sendo um município de maior evasão de alunos dentro dos municípios que compunha a delegacia de ensino, no momento não sabemos o que atribuir tal evasão hoje graças a Deus nós temos a satisfação de vermos revertido esta situação, ver no quadro negro o diretor Aristides colocado que no exercício de 1987 para a previsão de 1988, nós tínhamos um aumento de 26 por cento, acreditamos como bem disse o professor José Rondival Guarido, que esta previsão seja pelo trabalho efetuado por esta administração e por esse Executivo, e porque não dizer pelo trabalho dos Senhores dirigentes e Diretores e professores da nossa Escola, com um aumento de 26 por cento era lógico que deveriam ter o problema de construção de salas, infelizmente nós não temos local agora para acomodar estes alunos, mas o melhor, nós estamos aqui lutando para construção de duas salas porque estamos aumentando nossos alunos, do que nós vemos aquela situação de estar-mos colocados entre aqueles de maior evasão, pela pronunciação do professor temos uma previsão de 834 alunos, eu tenho uma sugestão a dar ao

senhores Vereadores e talvez ao Senhor Prefeito municipal e nesses alturas os senhores municipais que estão presentes, lógicos nesses alturas, 16 de novembro não tem orçamento que tenha condições de dar ao Sr. Prefeito municipal uma dotação que possa construir duas salas de aula porque teria que ter uma cobertura para este Projeto, e no final do ano faltando 44 dias para encerramento deste orçamento, impossível se torna arrumar cobertura para um Projeto desse tipo, mas nós temos que ser inteligentes e sabermos dar as autoridades ou Sr. Prefeito municipal as condições necessárias para o desenvolvimento dessa aplicação, e que eu poderia propor e talvez seja aceite por Vossa Excelência é que se o Sr. Prefeito municipal conseguisse dentro da nossa região uma firma que pudesse fornecer material para o desenvolvimento dessa construção e que esse material ficasse anotado e controlado pelo funcionário da contabilidade e que no mês de janeiro daqui a 40 dias se efetuassem a nota desse material para posterior pagamento, lógicos que iríamos pagar esse material no valor que estorie na atualidade, se ouvesse uma firma nessas condições com o respaldo dos senhores Vereadores e logicamente após efetuarmos o pagamento desse material e essa mão de obra que poderia ser feita com pessoas de nosso município, pra que esse mão de obra se tornasse um pouco mais barata, porque



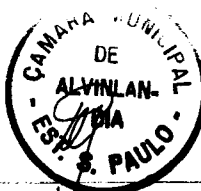
fique nenhuma iria se pagar assim onde o material talvez seja obrigado a comprar no mesmo lugar, onde você não vai poder fazer muita concorrência de preços, e em janeiro quando fosse efetivo, esse pagamento logicamente se o por cento de 10 gran, essa despesa seria incluído no exercício do ano que vem na aplicação dos 25 por cento obrigatório na educação, então nós já teríamos aplicado uma importância que nós temos a obrigação de aplicar durante o exercício, seria um recurso e de qualquer forma o município tem que aplicar nos recursos recebidos, nós não iríamos tirar dinheiro de uma outra dotação para a construção desse prédio.

Eu acredito que seja uma sugestão lógica uma sugestão clara e que induzida de boa vontade, tenho impressão que soluciono o problema, e nós teremos aí as crianças estão aumentando em nosso colégio um local para acomodação e assim temos o desenvolvimento e o crescimento de nosso colégio, e se o Sr. Prefeito municipal chegar aqui e propor dessa forma pra nós ele terá todo o apoio e o respeito dessa casa de leis.

Com referência ao Ofício encaminhado pelo Cepom, este Vereador além de ser favorável a aprovação, tenho a honra e a satisfação de dizer que em nessa casa de leis e gravado está nestes livros de Atas, sempre fui defensor de que aqueles que com

tem injustiça ou por abuso de poder ou seja da forma que for, quando estão num cargo eles não podem passar em pure de forma nenhuma, gravado está nesses atos anteriores que o "Fronps" foi um setor que mais envergonhou este País com homens que não souberam de maneira alguma elevar o nome do país, porque a gente tinha o desprazer de ouvir na televisão e nos jornais que seus dirigentes se apossaram de seus poderes para através de hospitais, de médicos e outras pessoas, se apossando do dinheiro público, do dinheiro daqueles que mais precisam, que seriam os nossos trabalhadores que no momento que vão receber assistência médica são miseravelmente atendidos e depois os homens que estão lá para dirigir se apossaram de importâncias absurdas, envergonhando e injuriando o nome desta terra, aí está mais um processo do Cepam, onde ele procura e quer ver apurada uma acusação, muito bem fez os senhores Vereadores em aprova-lo por unanimidade, e o Sr. Presidente Tomem as medidas cabíveis e seja oficiado ao Cepam e se possível ao Sr. Governador do Estado Dr. Orestes Queiroz, que de fato que ser apurado, tem que se colocar as limpas esses processos onde muitas vezes pessoas se apossaram e por estarem no poder abusam em desprezo daqueles que realmente necessitam de ser atendidos.

Com referência ao Projeto econômi-



ulhado as comissões, em fôlego parte da comissão de Finanças e Orçamento e ainda como membro e Redator de mais duas comissões, que não deixo claro aos senhores presentes que a minha cotagem está em péssimas condições de analisar este projeto, mas como do meu feitil e como é da minha maneira de ser não vou fugir a regra e não vou deixar de emitir meu parecer no dia que voltarmos a nos reunir nesta Casa de leis, só que por várias razões me encontro em situação difícil para estudar um meio satisfatório e de como resolver esta medida, porque se for analisar o próprio Departamento Jurídico da Prefeitura do município de Alvinlândia, como essas excelências acabaram de ouvir, em princípio ele diz ser favorável ao pagamento da firma e em baixo diz mas seria de bom alvitre que se houvisse outros órgãos do Estado de São Paulo, para que eles confirmasse ou não a opinião e o parecer desse departamento, o próprio departamento não nos esclarece, nos deixa uma dúvida; não nos esclarece com a residua - que deveria ser esclarecido; Havendo o parecer da cepom, nós observamos que em cima diz uma coisa, no meio ele contra diz e em baixo diz outra coisa dificilmente temos condições de analisar aquilo com clareza, não sou contra a firma, não sou contra a atitude do Sr. Prefeito Municipal, muito pelo contrário tenho que

aplaudir o trabalho efetuado para a construção desse prédio, tenho que dar os parabéns a esta Firma e pelo tempo de serviço que tenho nesse município e pelos contratos exercidos - por outras firmas, tive a grata satisfação de ver a firma Couper executar o seu trabalho sem contudo criar problema para a Administração, mas eu tenho que dizer a aqui o meu modo de ver, e não entendo até agora porque o município de Shirlândia teve de colocar de seus próprios recursos Cr\$ 600 000,00 (seiscentos mil Cruzados), de diferença da construção que foi de mil e quinhentos do Estado, para dois milhões cento e cinquenta, sendo que muito próximo o Estado, de o direito de encaminhar ao município, 75% por cento daquele valor de Hum milhão e quinhentos mil Cruzados, se o Estado esteve certo e consciente do que está fazendo não exigiria que o município colocasse de seus recursos próprios seicentos mil Cruzados, sabendo que 30 dias depois ele iria encaminhar uma verba de Hum milhão, cento e vinte cinco mil Cruzados, pra que sacrificasse o município sendo que esse seicentos mil Cruzados nós temos - tantas coisas no município pra ser feitas sendo que o município está em pleno desenvolvimento, que no momento que foi assinado o contrato nós não tínhamos alternativa, se não fizéssemos nós não tínhamos condições de fazer, e o prédio era de grande importância para o município, mas o Estado tem que



ter consciência daquilo que está fazendo, não é simplesmente pagar um dinheiro para o município, e os senhores Vereadores têm a obrigação de determinar e de autorizar a fazer isso, o município de Alvinlândia também antecipou os pagamentos que eram encaminhado pelo governo, porque a firma apresentava as folhas assinadas pelo engenheiro por etapas e esses documentos eram encaminhados para o Estado, e o Estado demorava 30 dias para encaminhar esse dinheiro e o município bancava, pagando dinheiro que estava aplicado, e tendo prejuízo do dinheiro aplicado que poderia render 60,70 mil cruzados, e isso não foi uma vez e nem duas, foram várias vezes, isso eu tenho que dizer se ficar com isso aqui dentro, não sou contra a firma, nem Sr. Prefeito, mas não posso ficar com isso aqui imbutido sem dizer, amanhã ou depois qualquer município pode dizer, mas o Sr. Vereador sabe e porque não disse, talvez algum amigo Vereador que esteja aqui presente, não tenha nem conhecimento disso, na época do contrato, não estou dizendo que esse Projeto tenha por base conteúdo das comissões, mas quando foi feito esse contrato em cálculo que o metro da construção estaria em torno de quatro mil cruzados, mas a firma sendo que no contrato existia uma cláusula que não haveria reajuste, eu que não sou construtor não faria por por quatro mil cruzados, lógico que vou propor sete mil cruzados, o metro...

é lógico que se estar fazendo hoje e vai levar quatro meses, nesses quatro meses vai haver uma alta e eu já estou seto mil cruzados, que - fizemos com isso, nós tivemos a oportunidade que uma outra firma fizera um preço melhor, tivemos que aceitar, a contá então que na época fizemos um primeiro contrato, nós não tivemos opção mesmo porque nós Vereadores não fomos consultados, nós não temos acesso a isso, nós autorizamos um péssimo contrato, nós não temos um parecer lógico para podermos emitir um parecer em cima do parecer do Cepare ou departamento jurídico, nós ficamos às escuras, como se fosse no parecer do cepare, eles falam em tablita, não foi aplicada a tablita pra firma, também não reclamaram, o município colaborou de todas as formas para que o contrato fosse desenvolvido de uma forma elegante, e o foi, tanto pela firma, quanto pelo executivo, a firma recebeu na hora certa, a firma não pode alegar nada porque a Prefeitura antecipou o pagamento, para que a firma não tivesse prejuízo e que não alegasse que não tinha condições de comprar o material pra repor porque temos que aguardar trinta dias do Estado, em nunca vi os representantes dessa firma chegar e dizer ao sr. Prefeito municipal, estou levando prejuízo não tenho condições de terminar esta obra, muito pelo contrário, quando foi previsto e pedido, em virtude do Decreto



assinado pelo Presidente da República que recebeu umas restrições nas regulamentações efetuadas pelo Bresser, existia o poderão, congelamento e agora nós vemos esta situação jogada para nós vereadores, por enquanto nós temos o contrato assinado e que foi cumprido, o Sr. Prefeito não assinou o novo contrato, não reafirmou esta cláusula por que está aguardando a aprovação, mesmo por que ele não tem delegação, agora simplesmente nós vemos chegar aqui o Projeto e a parte jurídica da firma ameaçando se os senhores Vereadores forem contrários, nós entraremos com ação judicial, meus senhores onde está nossa autonomia, onde está o nosso bom senso, onde está a responsabilidade das autoridades, porque o Governo do Estado de São Paulo quer municipalizar, porque ele sente na pele que municipalizando as coisas o município tem condições de melhor cuidar das suas obrigações, porque é aqui que nós sentimos que está certo e que está errado, porque o Prédio que foi construído ficou em "dois milhões cento e cinquenta mil Cruzados", e agora nem 75 por cento da parte encaminhada pelo estado que tem um milhão e quinhentos mil Cruzados, esse dinheiro tem que ser repassado pro fim e o governo não tomou nem notificação dos seiscentos mil Cruzados, dado pelo município, eu não entendo porque o Presidente da República fez um decreto autorizando poderões ser requisitados e o Ministro Bresser regulamentando coloca umas imposições em de tudo o' congelado, e o governo do Estado de

São Paulo, assim como Coravelle, não sei porque, se é pra nós Vereadores determinar, que tem de ser pago isso a firma, nós deveriamos também ser consultados sobre isso antes de ser encaminhado esse dinheiro ao município. e nós ainda temos a afirmação que o município vai ser contemplado com mais quatro milhões de Cruzados, para o complemento do Prédio da Delegacia, não sei nullões de Cruzados para a construção daquele Prédio, agora vem as autoridades, Federais, Estaduais e Municipais, falar em moralização da nossa coisa a constituinte quer moralizar, mais tem que ser dado aos dignos representantes do povo, que são os Vereadores autonomia pra decisão nessas horas, porque em não consciência, um Vereador, um homem do negócio, um municipal, se chegar na construção de um Prédio daquele vai ver que três milhões, e trezentos mil Cruzados, aplicados para o município de Itirubá não corresponde a realidade, não estou a firma que está pedindo reajuste, não estou contra o Sr. Prefeito municipal que nos encaminhava o Projeto, mas estou aqui para demonstrar e para os senhores verem que muitas vezes a coisa de heis o Sr. Prefeito municipal se coloca em certas situações onde elle não tem autonomia pra decisão, pra dizer isto aqui está certo, mas eu acredito que o Estado nos mandou esse dinheiro, não se essa coisa de heis e o Sr. Prefeito municipal dizer a esta firma nós não vamos -



requisitor esta cláusula, porque não entende-  
mos que deve existir um ponto de partida,  
um início e alguém tem que ser sacrificado  
e sempre deve ser sacrificado, desde o  
início de quando o Brasil começou seu tra-  
balho desde a inconfidência deve o sacrifí-  
cio de honras em prol de uma moralização  
que até hoje não tivemos a ratificação de  
velo e ainda existe o sacrifício de outros e pes-  
soas para que possa haver um bom ande-  
mento.

Eu estou aqui para dizer aos senhores que  
faz 30 dias que arrumbe coisas só trabalho  
em cima disso e cada dia continua mais  
confuso, desde o dia que sabe que esse di-  
nheiro vai para o Município, não só a  
minha como a do Sr. Prefeito municipal es-  
te; e no entanto as alternativas são mínimas,  
e sim ou não, se dissermos sim nós esta-  
mos sujeitos que arrumará um município,  
diga os senhores vereadores autorizam um  
dinheiro que sair de mão beijada e limpo,  
para a firma, e os senhores vereadores não têm  
nem a competência, o gosto ou a cora-  
gem de fazer isso que estou fazendo hoje, tal-  
vés em seja até criticado por alguém ou seja  
até mal compreendido isto que estou falando,  
mas quero deixar claro que estou fa-  
lando a realidade, estou falando o que es-  
tou sentindo, para que não fique remon-  
dando isso aqui mais até o dia que te-  
nha que dar meu parecer e isso que estou  
dizendo hoje talvez não tenha nada haver

com o meu parecer no dia e talvez tenha  
mas eu sinto na necessidade de falar isso hoje  
aqui, não quero dizer isso tudo que estou dizer  
do hoje nos esquinas para pessoas fora do  
ambiente da Câmara, que eu aproveita a oportu-  
nidade porque estou no legislativo, estou no  
meu poder, exercendo minha atividade de Vere-  
dor, e nesta oportunidade deixo tudo aquilo  
que estou sentindo, talvez, vai ser benéfico  
para mim, vai me servir de estímulo e condi-  
ções para melhor analisar esse pedido e pe-  
recendo apenas a esse parecer de nosso de-  
partamento jurídico".

Em seguida fez uso da palavra o Vere-  
dor Natálio Aparecido da Silva, mas -  
uma vez gostaria de usar esta tribuna com  
referência a explanação do Professor José Ron-  
dival Guorido, acho que eu não posso dizer  
não as palavras dele, porque tenho conhecimen-  
to não só de agora, mas sim no ano de 1957  
que quero afirmar, o porque certa hora o  
Vereador é contrário a algum Projeto, as vezes  
o Vereador é contrário porque não pensa no  
passado e nem no presente mais sim no  
futuro, note os senhores que no ano de 86 teve  
um projeto rejeitado pela minha pessoa o  
único e foi aprovado por sete votos a um -  
este projeto foi uma verba da Educação e foi  
suplementada para a compra de um cor-  
vo, este Vereador levantou-se contrário, não por  
simplesmente ser contrário, simplesmente  
sabendo nas necessidades que existia no co-  
légio naquela época, e sabendo as necessida-



des que se atravessou e entrou com pedido de  
 tal natureza em última hora, ficando aqui  
 sabedores que somos que o orçamento está  
 estourado, agora sacrificar Vereadores não,  
 nós não temos condições, tem o nobre colega  
 deu uma sugestão e válida, mais o certo  
 seria o Sr. Prefeito entrar com o Projeto, por  
 que quem sabe dos recursos e das dotações é o  
 Sr. Prefeito, quero deixar claro que nós re-  
 presentantes do município nós temos que pen-  
 sar o futuro, planejar as coisas para não  
 cair numa situação difícil dessa, veja  
 os senhores naquela época da compra do cor-  
 no devia pra fazer as duas classes e sobrinie  
 dinheiro, coisa não foi comprado a verba  
 não sei para onde foi, sou favorável a sugestão  
 do nobre colega, mais volto a dizer vamos  
 pensar no futuro".

Em seguida fez uso da palavra o Vere-  
 dor Antonio Vieira da Silva Farias, "Sobre o  
 pedido do Professor, deixo claro que nós ja  
 fizemos muitas coisas aqui em Alvinlândia,  
 que na hora talvez não tinhamos condições  
 de fazer, então acho que duas ou tres salas  
 a mais no ginásio, sendo que vai beneficiar  
 o povo, acho que nos devemos fazer força  
 dar apoio ao Sr. Prefeito, porque tudo que  
 for para fazer para os municípios nos-  
 aqui nunca vamos ser contrário, e se a gen-  
 te for fazer as coisas só quando, pois a gente  
 nunca fez, porque todos Prédios que con-  
 truímos durante nosso mandato nenhum  
 nos pediram, quando foi comprado máqui-

nos, cominho, era aquela dificuldade uns que-  
ria outros não, comprou conseguimos po-  
gor não deve nada, acho que duas salas não  
é demais, e outra é que vejo aqui a noite  
a gente aceita porque não tem outro recurso  
temos que se vale do que a gente tem, me-  
is que esse aula que está tendo aqui na  
Prefeitura não é próprio, a gente vê esta repa-  
ziada vem lá de cima chega nesses portões  
faz uma bequilha, então se faz essas duas  
salas outras e esse Professor vai com  
esses alunos pro lá, se tiver qualquer pro-  
blema só é lá e a Prefeitura fica livre."

Com referência a Delegacia, só pergun-  
to uma coisa se o Predio da Delegacia o  
Sr. Prefeito tivesse empreitado para um pe-  
dreiro daqui, ele fizesse a sete mil cruzados  
como eles fizeram, seria que nesse essa-  
verba iria ter esse reajuste para eles eu acho  
que não porque a firma é grande porque  
as coisas quando vem só sobra para os  
grandes para os pequenos não sobra  
nada, porque talvez nem o Sr. Prefeito sabia  
e eles se foram em cima dos secretários, -  
não fizeram levamos prejuizo, não temos  
dez dias para dos o parecer, eu acho que  
esse verba não não fazia nada mais do  
que devolve-la para o Estado, eles lá que  
resolvessem, e trasse esse peso de nossa con-  
ciência, mas que só vai sobrar essa coisa  
para nós".

Em seguida fez uso da palavra o  
Vereador Notívico "parecido do Silve" com



referência a que o nobre colega acaba de dizer, quando for pra comprar a pó correge-  
deira não tinha condições, não revelador, não ti-  
nha condições mas tinha dotação, tinha verba, -  
agora no caso dos solos não existe mais nada -  
verbas, não tem mais o final de ano a situação  
é lamentável.

Com referência a delegação, não sei se  
é porque gosto de mexer no ouço não sou cha-  
mado, tive a curiosidade de ir a esta Prefei-  
tura e me informar sobre o diário que publi-  
cou essa verba, e o nobre colega me passou e eu  
fui pra São Paulo, mas não foi como o inten-  
to de seguir verba, mas sim como intuito de  
trazer com a intenção de reembolsar os seis con-  
tos mil de Prefeitura e a resposta que tive  
foi não a firma já tinha ido muito mais tem-  
po que eu, tinha passado lá e tinha acertado  
eu estou com a opinião do nobre colega e devolver  
para o estado e ele que se vive com isso,  
não fui consultado a nada, nem contrato eu  
tive um documento, que era pra mim físico  
lizar a delegação era para fiscalizar a firme-  
za das pessoas sabem, acho que eles que do-  
ram eles que covaram, o contrato foi cumprido  
reprossamentem em dia nós não temos nada que  
fazer cumprir, reajuste, a responsabilidade cabe  
a nós pagar ou devolver.

Com referência a sala de aula eu tenho  
uma sugestão e portis junto ao Secretário  
de Educação e trazer verbas se eu tentar uma  
primeira vez e não me atender eu fico lá então  
eu deixo este pergunto no ar, se me consentem que

no fazer essa consulta, Irmão Deus me ajude, em seja o felizardo e eles me liberaram e construímos com dinheiro do Estado".

Em seguida fez uso da palavra o Vereador Elizeu Jesus Eleuterio; "Quero deixar aqui meu parecer quanto as palavras do professor José Roudival Guardo, acho que pra nós hoje legislativo e Executivo é uma honra receber um professor aqui diretor e vir pedir pra nós duas salas de aulas, acho que isso é um orgulho, uma obrigação que nós temos de construir estas duas salas de aulas, quanto mais urgente possível, só não vou dizer nada de fazer porque não cabe a nós e sim ao Executivo, que ele elabore o plano e que nos apresente e de minha parte ele terá todo o apoio se depender de mim estas duas classes não serão em fevereiro que estarão funcionando do mês sim em janeiro depende só dele meu apoio ele terá".

O Sr. Presidente manifestou dizendo; "Ouvindo as explicações que se que de início desta case tenho certeza que o problema está praticamente resolvido, resta o Sr. Prefeito emitir o projeto e tenho certeza que ele vai ser de quem aprovado então aguardamos esta semana antes da sessão um pronunciamento do Sr. Prefeito para que mais um problema de nossa cidade seja solucionado".

Prosseguindo o Sr. Presidente colocou em discussão e aprovação o uso da palavra pelo Sr. Alvin Dias, Prefeito Municipal, presente na sessão, o qual foi aprovado e concluído.

dida pelo Sr. Presidente.

Em seguida fez uso da palavra o Sr. Prefeito Municipal; "estou vendo hoje uma reunião de grande importância, aliás todos são válidos, mas hoje está se percebendo diálogo, entendimentos;

com referência ao Projeto encaminhado no valor de hum milhão, cento e vinte e cinco mil cruzados, o qual fulgo o direito em benefício da Coupper Pozos Artesianos, respaldando as palavras do Vereador, Gregório Perez Carneiro quando fez várias colocações de sentimento para com a consciência Tranquila, o qual a Câmara se encontra nesse momento, o qual o Executivo ele também frisou, a condição que pode ser dita pelos municipais ou mesmo por algum Vereadores, que esse dinheiro pode ser maliaável, infelizmente foi um decreto do governo Federal, e respaldado pelo ainda Governador Francisco Montoro, o qual da direita a Firme Coupper, muitas vezes tendo no colocado a condição de nossos trezentos mil cruzados), que esse dinheiro não abriria mão por nada, se o Estado quer dar dinheiro a alguém, dê o quanto ele quiser, mas aquilo que é nosso, que devolve esse dinheiro se é que realmente está sobrando, se não existe suplementação nenhuma, a câmara me concedeu trezentos mil cruzados, foi investido e é um Prédio, não é demagogia, é demanda de vinte anos, contra fato não há argumento, é a realidade no qual Alvinlândia precisa.

Com referência a uma colocação que o Vereador

do Sr. Antunes Vieira do Sítio Farias fez, talvez não  
foi bem assim colocada; se eu desse esse obra  
para um pedreiro daqui do município, quero di-  
zer claro que quando se existe uma obra a ser  
executada, uma aquisição de material ou ma-  
quina é publicada dentro de suas leis legais,  
é feita uma licitação e esta licitação tem pleno  
direito não somente Alvirlandense como qualquer  
cidadão desse de País de participar da mesma;  
me obriga aquilo que realmente perante  
a lei Orçânica dar uma licitação não po-  
so fazer contrato com quem quer que seja di-  
reto a única coisa que me constitui gos-  
tos direto é apenas "colorge mil cruzados", fo-  
ra esse valor tem que ser feito uma licitação  
e aquele que for vencedor que documento  
preço melhor que também julgado que tam-  
beim não é por mim, mas sim uma co-  
missão constituída e o vencedor é aquele que  
elabora a obra.

Essa essa minha colocação Sr. Vereador,  
talvez a colocação qual foi feita talvez não fosse  
de má fé; colocando assim talvez o Executivo  
deixe de dar uma obra pra Alvirlandia mu-  
to pelo contrário está sempre a disposição -  
agora mesmo tem duas obras pra fazer  
tão correndo atrás de um pedreiro pra que -  
porque estas obras tão sempre ocupadas por  
outros motivos, vou licitar novamente novas  
obras isso não depende da disponibilidade  
dos mesmos se apresento documentos que pre-  
enche os requisitos, qualquer cidadão tem  
seu direito de obras uma firma e participar



de uma conveniência.

A parte que me colocou com esse dinheiro é uma botata que esteve queimando a muito tempo na minha mão, e eu fiquei para os senhores, não sou eu que vou decidir, são os senhores Vereadores, tenho certeza que vai ser decidido com prudência, com maior clareza, não estou conde- nando por ter encaminhado proz comissões, ain- do hoje recebi telefonema do Advogado dizendo ter- ce ou quarta-Feira, vou entrar com uma ação judicial, nós não queremos, porque a firma quer continuar trabalhando em Alvinlândia, tudo bem, vou continuar trabalhando do mesmo jeito, e dedi- cado os senhores vereadores acharam por bem enca- minhar para as comissões, e depois os senhores vão analisar com cuidado, quero deixar claro que também estou com a condição deste dinhei- ro é Hum mil cento e vinte cinco mil av- zados, será qual a interpretação que vou ter- deu quanto para o sr. Prefeito, qual vereador que levou o seu bixinho, disse a minha cons- ciência está tranquila, no entanto esse botata quente, não sei esse é o termo que deveria- deixar, está na mão dos senhores, espero que o documento vai se tramitar se eles entrarem com documento sabendo da posição vou me informar perante a câmara por escrito e devolver caso eles queiram entrar judicialmente que entre."

Com referência ao ensino; na reunião de sexta-feira, nós podemos contar como vereador e estudante estava presente o vereador Gregório Perez Conselho, e vários outras pessoas e - foi feita várias colocações, as necessidades para

a cidade de 1988 em Alvinlândia, muitos elogios foram colocados pelos diretores, professores, funcionários, pais de alunos, até mesmo de nossos vizinhos, com nosso atendimento, e volto a dizer cumprindo a palavra de algum vereador que é redamente questões de orgulho, nós sentimos uma nova Alvinlândia, nós com desrespeito aos Administradores anteriores nós com desrespeito as direções anteriores, muito pelo contrário, tivemos a felicidade de promover governos com maior seriedade possível, investimentos não somente na Saúde como Educação no Esporte na área social, e por termos orgulho em dizer Alvinlândia, é uma nova Alvinlândia, mediante o que era e o que é, tivemos esta felicidade, então vamos trabalhar com esse objetivo, agora nessa reunião de hoje, não encontramos numa situação um tanto, quanto difícil e o fato de que veio esses senhores fazer através desse Ofício pareceres junto ao legislativo não foi uma forma de pressão, o que realmente aconteceu foi, e segundo coordenador o João Luiz disse, que em tempo que levar esse documento até o dia 23 e o seu término, o espaço de tempo era curto e aproveitando essa reunião de hoje que nós fosse marcada uma Extraordinária aproveitando pra se colocar essa posição pra se decidir.

Pelo que senti tenho respeito de 100 por cento, dentro daquilo que eu puder proporcionar de que não temos dotações e crédito que tenhamos grande dificuldades a tentar.



mos descobrir recursos, embora nos tenha-  
mos apenas mais uma reunião e os se-  
nhores entraram em recesso e eu fiquei  
sozinho pro tour 60 dias sem os senhores ve-  
readores então eu tenho que decidir essa posição  
hoje, eu tenho uma audiência marcada com  
o Sr. governo na sexta-feira em São Paulo e hoje  
fiquei dos 4:30 as 5:30 da tarde tentando uma  
audiência junto a Secretária da Educação o  
qual conseguiu esta reunião Sr. Vereador, devo  
viajar amanhã à tarde ou na quarta-feira  
vou para São Paulo vou falar com o Chopin  
Tovary de Lima, não somente com referên-  
cia a estas duas classes tendo em vista que  
já pedi uma cópia do Ato o qual foi redigido  
de todos os acontecimentos de sexta-feira e  
de hoje, vai ser xerocada amanhã e vou  
levar a realidade e mostrar a situação  
espero não ser desagradável nem ele comigo,  
caso o governo não possa assumir esse  
responsabilidade eu vou sacrificar os cofres  
de maneira que possa ser ou mesmo com  
a paralisação da cozinha piloto ou mes-  
mo aproveitando dos recursos de 88, do orga-  
nismo o qual já foi me concedido caso  
eu aceite uma firma pra me fornecer ma-  
terial essa obra também será executada, só  
que esse fato de antecipar um documento, com-  
prar material pra que seja feita esta obra pra  
ser pago em janeiro, que seja bem claro  
perante todos os senhores vereadores para que  
não aconteça uma situação quando um  
dia no gabinete afirmei compromisso com

os nove Vereadores com referência ao contrato de uma casa que se tratava de segurança e depois nesses tempos os senhores Vereadores não testemunham do fato, então fica claro aqui que é um fato que não é legal, mas digamos que o Governador não libere recursos e eu não consigo descobrir alguma suplementação de verbor pro Sr. Trabalhando do aqui até janeiro e que nemha fazer é ilegal mas é moral, porque vai atender reivindicação do ensino o qual é prioridade, vou viajar pra São Paulo e no meu retorno vou mandar alguma coisa por escrito para esta casa de leis de uma forma ou de outra, via alguma coisa na Sessão do dia 1º os senhores receberão documentos".

Como mais ninguém desejou fazer uso do palavra o Sr. Presidente declarou encerrada a presente Sessão.

Sendos o que de real aconteceu lourei a presente Ata a qual depois de lida e achada conforme vai por mim, Secretário, Sr. Presidente e demais membros da Casa Assiada.

~~Assinatura~~  
Assinatura  
Assinatura  
Assinatura  
Antonio Vllio  
Mário Soares  
Assinatura